



Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

## NOTAS DA SESSÃO DO DIA 13/08/2013

### 7ª TURMA

**HABEAS CORPUS Nº 5014188-07.2013.404.0000/RS (001M)**

**RELATORA: Juíza Federal SALISE MONTEIRO SANCHOTENE**

#### RELATÓRIO E VOTO (no Gabinete)

Juiz Federal LEANDRO PAULSEN:

Sra. Presidente:

Com a devida vênia, parece-me prematuro o trancamento da ação penal neste *habeas corpus*.

Parece-me que a denúncia foi satisfatória na descrição do *modus operandi* nos fatos que estão sendo objeto de persecução. A questão de fundo também se apresenta complexa, de maneira que a mim parece que não se deveria obstar o curso da instrução penal e deixar, isso sim, para análise da questão do mérito, por ocasião da sentença.

Meu voto é por manter a decisão do eminente Juiz Federal José Paulo Baltazar Junior.

Juiz Federal LUIZ CARLOS CANALLI:

Sra. Presidente:

No caso, conforme pontuado pela divergência, em se tratando de *habeas corpus*, creio que efetivamente é o caso de se prosseguir com a ação e, no curso da instrução, essa questão ser melhor analisada.

Com a devida vênia, estou acompanhando a divergência.

#### DECISÃO:

A Turma, por maioria, decidiu nos termos do voto divergente, vencida a Relatora. Lavrará o acórdão o Juiz Federal Leandro Paulsen, primeiro na divergência.

#### ANOTAÇÕES DO GABINETE NO GEDPRO

Impedido - Processo Apresentado em Mesa

***Divergência em 13/08/2013 13:58:55 (Gab. Juiz Federal LEANDRO PAULSEN)***  
*Divergirei.*

*Tenho que o trancamento de ação penal pela via do habeas corpus é medida excepcional, só se viabilizando quando evidenciada a ausência de justa causa. Veja-se precedente recente do Egrégio STF:*

*“1. É firme a jurisprudência consagrada no Supremo Tribunal no sentido de que a concessão de habeas corpus com a finalidade de trancamento de ação penal em curso só é possível em situações excepcionais, quando estiverem comprovadas, de plano, atipicidade da conduta, causa extintiva da punibilidade ou ausência de indícios de autoria.” (STF, Primeira Turma, RHC 114187, julgado em 04/06/2013)*

CLM©/J

5014188-07.2013.4.04.0000

6077747.V002





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*No caso, verifiquei que a denúncia expõe satisfatoriamente a conduta delitiva. Efetivamente, após resumo inicial, o eminente membro do MPF se alonga na descrição do "modus operandi" através do qual teria sido utilizada informação privilegiada e manipulado o mercado de modo a gerar valorização sem causa em mais de 5000% do valor das ações. Desse modo, tenho que inexistir inépcia.*

*Ademais, a atipicidade da conduta também não me parece evidente.*

*Associado o tipo legal ao dever, de qualquer pessoa, de utilização de informação relevante ainda não divulgada, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários, decorrente da inclusão do § 4º ao art. 155 da Lei 6.404/76 pela Lei 10.303/01, tenho que análise mais aprofundada da questão deve ficar reservada ao momento de julgamento do mérito da ação.*

*Desse modo, mantenho a decisão recorrida prolatada pelo eminente Juiz Baltazar.*

**Dispositivo**

**CONCEDER A ORDEM PARA TRANCAR A AÇÃO PENAL Nº 5067096-18.2012.404.7100/RS, EM RELAÇÃO AOS RÉUS RAFAEL FERRI E MICHAEL LENN CEITLIN, TÃO-SOMENTE NO QUE PERTINE AO CRIME TIPIFICADO NO ARTIGO 27-D DA LEI Nº 6.385/76, EM FACE DA INÉPCIA DA DENÚNCIA.**



Documento eletrônico assinado por **Cláudia Jaqueline Mocelin Balestrin, Supervisora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **6077747v2** e, se solicitado, do código CRC **3A7910B4**.

CLM©/J

5014188-07.2013.4.04.0000



6077747.V002

